

2014



RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Gerência de Operações e Planejamento – GOP
Diretoria de Investimentos



Diretor-Presidente

Gustavo de Oliveira Barbosa

Diretor de Administração e Finanças

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

Diretor de Segurança

Reges Moisés dos Santos

Diretor Jurídico

Marcelo Santini Brando

Diretoria de Investimentos

Gustavo de Oliveira Barbosa

Gerência de Operações e Planejamento

Angela Maria Monteiro Pandolfo

Bruno Luis Lacerda dos Santos

Carlos Augusto Bastos Fernandes

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção

Juliana Chaves Monteiro

Kelli Manhães Pessanha

Luciana Pinto Venancio

Ubirajara da Silva Coelho

Gerência de Controle e Registro

Antonio Felix de Souza Sobrinho

Felipe Menezes da Silva

Jairo Monteiro de Freitas

Jonathan Fernandes da Silva

Jorge Ribeiro Cruz

Leonardo Monteiro Magalhães

Louise Mayer Andrade de Albuquerque

Nelito Cardoso Santos Jr.

Rômulo Tosta Gonçalves

Silo Duarte de Meireles

Vanessa de Oliveira Gaspar Bittencourt

Willian Luiz Pereira

Sumário

1. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.1.INTRODUÇÃO	4
1.2.MERCADO INTERNACIONAL4	
<i>EUA:</i>	4
<i>Europa</i>	6
<i>Países Emergentes</i>	6
1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO.....	6
<i>Petróleo</i>	6
<i>Câmbio</i>	7
1.4. MERCADO DOMÉSTICO.....	8
<i>Inflação</i>	9
<i>Taxa de juros</i>	10
<i>Mercado Acionário</i>	10
<i>Balanço de Pagamentos</i>	11
2 – ORÇAMENTO	12
2.1 DESPESAS	12
2.2 RECEITAS	13
3. FUNDO FINANCEIRO	16
3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO	16
<i>CFT Permutado:</i>	16
<i>Royalties e Participações Especiais</i>	16
<i>Dívida Ativa:</i>	17
<i>ICMS Parcelado:</i>	17
<i>FUNDES:</i>	17
<i>FREMF:</i>	17
<i>Valores a receber do Estado do Rio de Janeiro e BERJ:</i>	17
<i>Outros:</i>	18
3.2 FLUXO DE CAIXA.....	18
3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	20
<i>Investimentos</i>	21
<i>Retorno</i>	23
4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO.....	24
4.1 FLUXO DE CAIXA.....	25
4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26
<i>Investimentos</i>	27
<i>Retorno</i>	28
5. IMÓVEIS	30
<i>Retorno da Carteira</i>	32
<i>Gestão da Carteira</i>	33

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1.INTRODUÇÃO

O destaque do ano de 2014 foi a recuperação econômica americana, porém mais lenta do que foi estimado. Os Estados Unidos, junto com o Reino Unido, lideraram o resgate da economia global, com outras economias ainda mostrando fragilidade, como as do Japão e Alemanha, e a China em desaceleração.

Os indicadores de atividade divulgados ao longo do ano nos mostram que as economias desenvolvidas estão tendo um melhor desempenho do que os países emergentes.

1.2.MERCADO INTERNACIONAL

EUA: Ao longo de 2014, a economia norte-americana apresentou uma recuperação abaixo das estimativas, mas o suficiente para manter sua trajetória de crescimento de suas atividades econômicas.

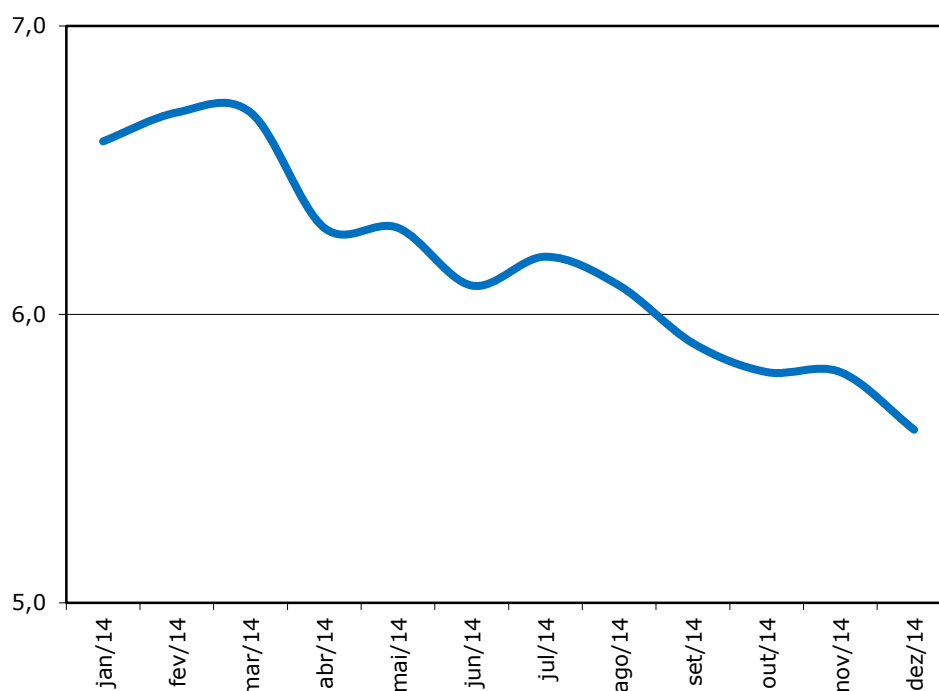
O governo, através do Federal Reserve (Fed), reafirmou a sua política monetária de manter os juros baixos, em um indicativo de que a taxa de juros, que estão em mínimas históricas, podem permanecer assim por mais tempo, para sustentar a continuação do progresso em direção ao emprego máximo e à estabilidade de preços. Mesmo com os indicadores melhores, a alta da taxa de juros deve permanecer inalterada pelo menos até o fim do primeiro semestre de 2015.

Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 2,4%, ficando acima da registrada em 2013, de 2,2%, nos dados preliminares, que podem sofrer revisões.

O resultado, portanto, consolida a recuperação do País e que os fundamentos são fortes o suficiente para amortecer o impacto da diminuição das economias externas.

A economia dos EUA fechou 2014 com uma taxa de desemprego de 5,6% ante 6,7% em 2013. A queda de 1,1%, que se manteve inalterada em relação a anterior, sinalizando uma resiliência da economia diante da demanda global em frágil movimento de recuperação.

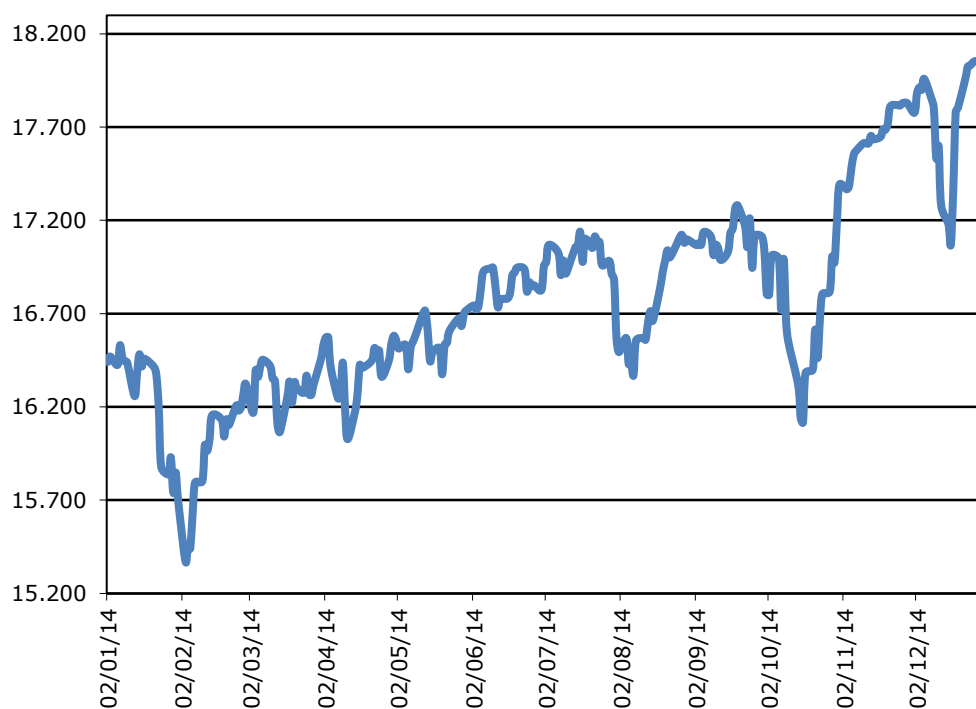
Gráfico 1: Taxa de Desemprego nos EUA (%)



Fonte: GOP

O índice Dow Jones, representativo da Bolsa de Valores de Nova York, apresentou um crescimento acumulado no ano de 7,5%, fechando aos 17.823 pontos, pelo sexto ano consecutivo de ganhos. O bom desempenho reflete a recuperação econômica dos EUA, melhora nos resultados corporativos e taxas de juros baixas.

Gráfico 2: Índice Dow Jones



Fonte: GOP

Europa: A crise dos países da Zona do Euro continuou durante o ano de 2014, em que pesem ações de política monetária, com posturas acomodatórias e consolidação de ajustes fiscais, mas de maneira suave. Permaneceram altas as taxas de desemprego, baixa taxa de inflação (eleva o perigo de deflação) e incertezas políticas que constituíram elementos de contenção de investimento e crescimento.

Mesmo diante desse cenário, houve uma leve retomada no crescimento da demanda agregada e redução da taxa de desemprego através de uma pequena melhora da atividade econômica.

Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto dos 18 países, que compõem a Zona do Euro, registrou um crescimento de 0,9% ante uma queda de 0,4% em 2013.

Países Emergentes: Os países emergentes liderados pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), continuaram a desacelerar suas atividades econômicas. A China manteve a tendência de queda ao registrar em 2014 um crescimento no PIB de 7,4% ante 7,7% em 2013.

A redução econômica ocorreu pelo difícil e volátil cenário internacional e para manter o desenvolvimento interno, as reformas e a estabilidade.

1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO

Petróleo: O ano iniciou com o preço do barril de petróleo tipo BRENT sendo negociado a US\$ 107,80 e fechou a US\$ 57,54. A *commodity* apresentou uma variação total entre a mínima de US\$ 57,54 e a máxima de US\$ 115,02 de 99,9%, bem acima da variação total de 2013, apurada em 22,5%.

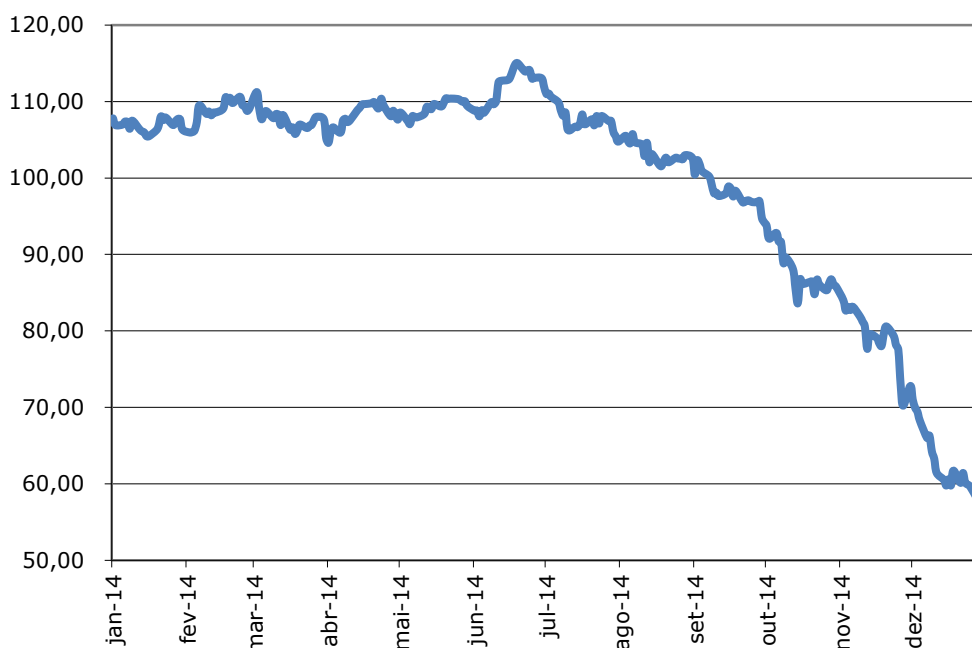
Os preços globais permaneceram acima dos US\$ 100 até o início do mês de setembro, mas continuaram com viés de queda até o final do ano corrente, se estabilizando no último mês numa média em torno de US\$ 60.

O preço do barril de petróleo tipo Brent ao longo do ano mostrou um comportamento atípico e volátil, que é reflexo da baixa previsibilidade de alguns componentes da demanda e da oferta, em meio a uma queda brusca a partir do mês de setembro.

Esse comportamento do mercado da *commodity* é uma reação à oferta global excessiva e uma demanda débil, onde a configuração do mercado foi alterada pela entrada maciça da produção de petróleo de xisto pelos EUA. Tensões geopolíticas, queda de números de poços perfurados nos EUA também afetam o desempenho dos preços.

A queda nos preços já está afetando os orçamentos de países produtores de petróleo e o programa de investimentos das empresas petrolíferas.

Gráfico 3: Petróleo – Brent (US\$)



Fonte: GOP

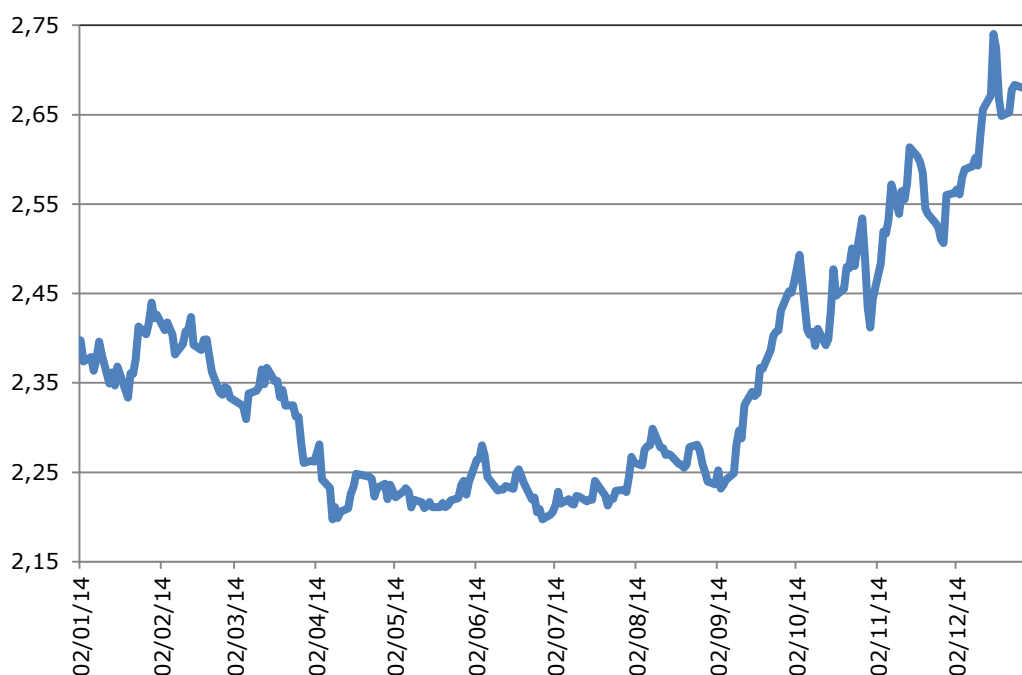
Câmbio: A cotação do dólar Ptax fechou o ano de 2014 em R\$ 2,66, com valorização em torno de 13,7% frente ao encerramento de 2013 (R\$ 2,34), confirmando a sua tendência de alta, mas com uma redução de 1,0% em relação ao período anterior.

O fluxo cambial (diferença entre a entrada e a saída de dólares do país) encerrou 2014 com um saldo negativo de US\$ 9,2 bilhões, uma queda de 24,5% em relação a 2013, que registrou um saldo negativo US\$ 12,2 bilhões. O fluxo financeiro (Investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior e investimentos estrangeiros diretos entre outras operações) encerrou o ano com saldo negativo de US\$ 13,4 bilhões. O segmento comercial (operações de câmbio relacionadas a exportações e importações) assinalou um fluxo comercial positivo de US\$ 4,1 bilhões.

O déficit cambial refletiu as turbulências do mercado cambial, instigados por quadros global e doméstico provocador, em meio a forte valorização do dólar no país pelo quarto ano seguido em 2014, em torno de 13%. Contribuiu também a expectativa sobre quando o Federal Reserve banco central dos Estados Unidos, irá elevar os juros, com potencial para tirar recursos do País.

Já as saídas financeiras forma amortecidas em 2014 pela alta da Selic, que subiu a 11,75% atraindo recursos externos em busca de melhores rendimentos.

Gráfico 4: Dólar Ptax



Fonte: GOP

1.4. MERCADO DOMÉSTICO

O ano de 2014 foi um ano atípico tendo como destaques: copa do mundo e eleições.

A economia brasileira entrou em evidência pelo fraco desempenho, em que o PIB encolheu por dois trimestres seguidos, a inflação bateu perto do teto da meta, enquanto o dólar chegou a determinados momentos ultrapassar a R\$ 2,70, onde o estímulo do governo ao consumo não alavancou a economia. Em reação, o governo aumentou os juros, aliado a uma crise na Petrobras, envolvida em um grande esquema de corrupção, que afetou a economia brasileira.

A redução dos preços das *commodities*, reflexo da redução do crescimento chinês, afetou a balança comercial do país, que teve um alívio devido à queda no preço do petróleo.

As medidas tomadas pelo governo para estimular o consumo, não surtiram os efeitos desejados, pois houve uma maior deterioração da situação fiscal do país e uma inflação ascendente, influenciada principalmente pelo setor de serviços, apesar do ciclo de aperto monetário.

Os números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já foram calculados com base na nova metodologia, aperfeiçoada para seguir padrões internacionais recomendados por órgãos como a ONU, OCDE e Banco Mundial que devem ser adotados pelos países até 2016.

A economia brasileira cresceu 0,1% em 2014. Em valores correntes, as riquezas produzidas no País somaram R\$ 5,5 trilhões, enquanto o PIB per capita caiu a R\$ 27.229.

Pelo lado da oferta agregada, a indústria foi o destaque negativo registrando uma queda, de 1,2% ante 2013, influenciada pela retração em construção civil, eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. O setor de serviços cresceu 0,7% influenciado pelos serviços de informação, atividades imobiliárias e transportes. Já agropecuária cresceu 0,4% puxada pelas taxas positivas das culturas de soja e mandioca.

Sob a ótica da demanda agregada, a formação bruta de capital fixo apresentou uma retração de 4,4% sendo o destaque negativo, após um crescimento de 6,1% em 2013.

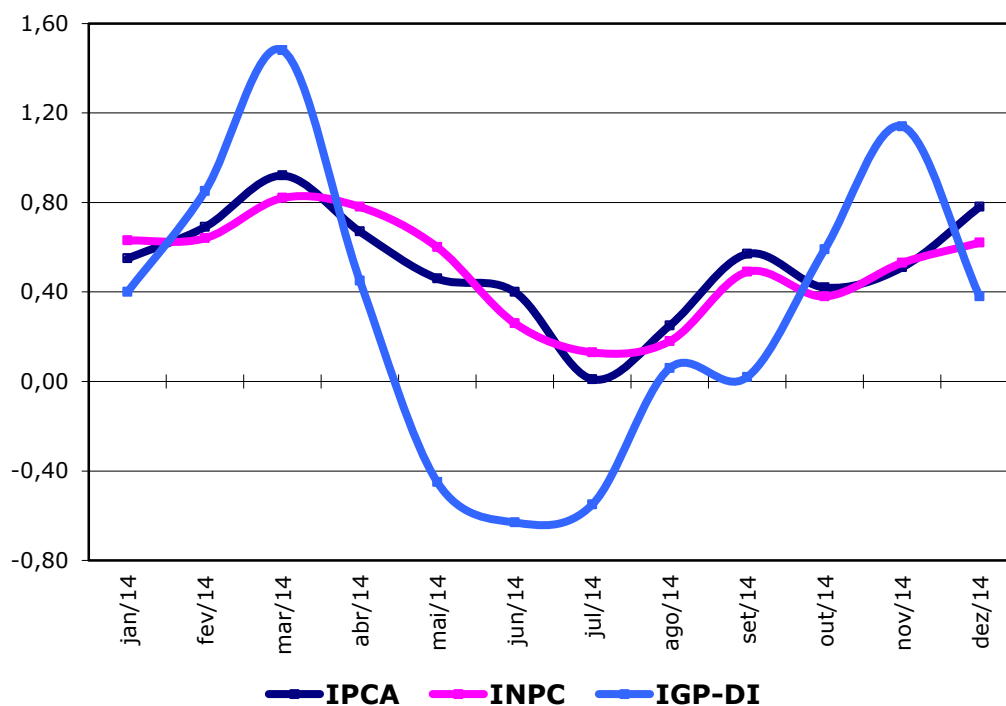
Em 2014, a taxa de investimento foi de 19,7% do PIB, abaixo do registrado em 2013, de 20,5%. A taxa de poupança recuou de 17% em 2013 para 15,8% no ano seguinte.

A despesa de consumo das famílias, que durante anos amparou o crescimento da economia, avançou menos do que em 2013: caiu de 2,9% para 0,9%. A massa salarial dos trabalhadores, descontando a inflação, aumentou 4,1%.

Inflação: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou ano de 2014 em 6,4% acima da taxa apurada um ano antes, de 5,9% em 2013, resultado de pressões dos gastos com habitação, principalmente das tarifas de energia elétrica e despesas com alimentação. Com o resultado o governo cumpriu a meta de inflação, estipulada em 4,5% com margem de 2,0 pontos percentuais, para mais ou para menos, fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas o indicador manteve-se em patamar considerado elevado, perto do pico estabelecido, mas bem acima do centro da meta, pelo quinto ano consecutivo.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reflete o custo do consumo médio da camada de renda mais baixa da população e também é utilizado como referência da meta atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), registrou variação de 6,2% no ano, maior que os 5,9% de 2013 e no mesmo patamar de 2012. O INPC abrange famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA se refere às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos.

Gráfico 5: Variação Mensal do IPCA, INPC e IGP-DI



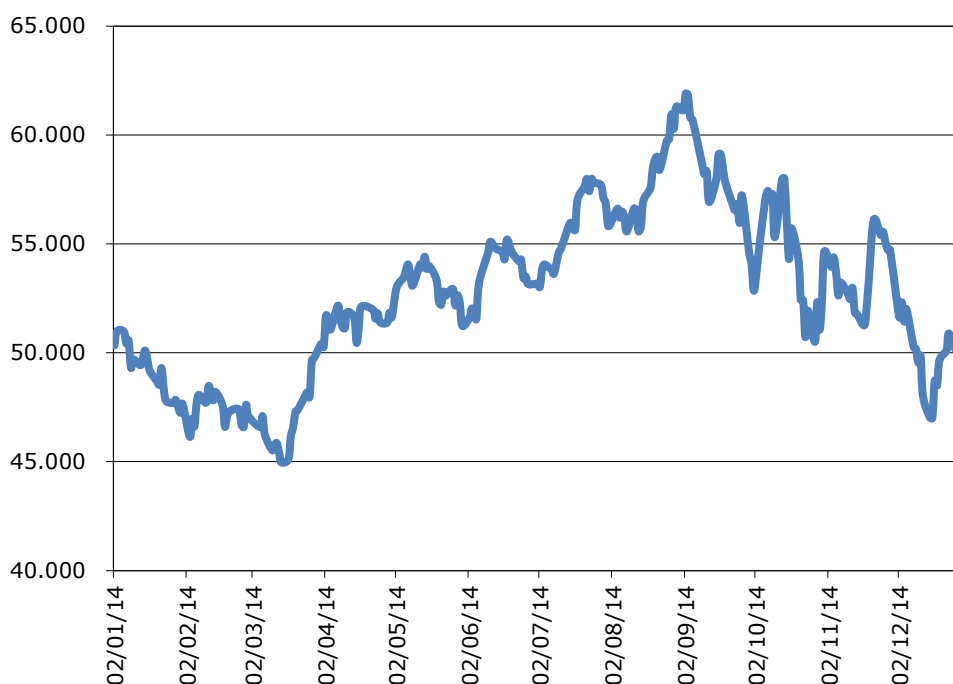
Fonte: GOP

Taxa de juros: Sem conseguir colocar a inflação na trajetória para o centro da meta, o Banco Central continuou ao longo de 2014 com o ciclo de aperto monetário que tirou a taxa básica da mínima histórica de 7,25% em Abr/2013, para o patamar de 11,75% em Dez/2014. No ano corrente a variação foi de 17,5% na Selic, um crescimento de 1,75 pontos bases, bastante expressiva impactando de forma negativa os investimentos e tornando as instituições mais seletivas na concessão de empréstimos. O objetivo é manter a inflação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema de metas.

Mercado Acionário: O Ibovespa encerrou 2014 aos 50.007 pontos, com uma queda anual de 2,9% refletindo praticamente o mesmo cenário de incertezas do ano anterior, onde a deterioração da conjuntura fiscal, o baixo crescimento econômico e a pressão inflacionária criaram aversão por parte dos investidores ao mercado doméstico de ações, acrescido do escândalo de corrupção da Petrobras cujos papéis têm peso relevante na composição do Ibovespa.

No ano de 2014, o Ibovespa encerrou com queda de 15,5%, fechando a 51.507 pontos.

Gráfico 6: Variação mensal do Ibovespa



Fonte: GOP

Balanco de Pagamentos: Em 2014, o balanço de pagamentos registrou um superávit de US\$ 10,8 bilhões ante um déficit de US\$ 5,9 bilhões em 2013, um incremento robusto de 183,0%. A conta corrente no ano foi negativa em US\$ 90,9 bilhões, equivalentes a 4,1% do PIB, comparativamente ao déficit de US\$ 81,4 bilhões, equivalente a 3,6% do PIB em 2013, que foi integralmente coberto pelos ingressos líquidos na conta de capital e financeira.

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) acumularam US\$ 62,4 bilhões, representando 2,8% do PIB e redução de 2,3% em relação ao ano anterior, enquanto que os investimentos em ações e renda fixa totalizaram ingressos líquidos de US\$ 33,5 bilhões, ante US\$ 34,6 bilhões no ano anterior, uma queda de 3,17%, na comparação com o mesmo período.

Em 2014, a conta serviços registrou saídas líquidas de US\$ 48,6 bilhões, elevação de 2,3% na comparação com 2013. As reservas internacionais somaram US\$ 374,0 bilhões no ano, no conceito de liquidez, registrando na comparação anual, um recuo de US\$ 1,8 bilhão, segundo dados do Banco Central.

A dívida externa bruta finalizou em 2014 somando US\$ 347,6 bilhões, dos quais US\$ 54,6 bilhões correspondem aos compromissos de curto prazo e US\$ 293,0 bilhões pertencem ao longo prazo.

2 – Orçamento

2.1 DESPESAS

O orçamento inicial do Rioprevidência para 2014 foi de R\$ 12,25 bilhões de Fonte 10 - Arrecadação Própria. Em novembro/dezembro foram abertos três créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o exercício, num total de R\$ 1,76 bilhões, elevando o orçamento da Autarquia para R\$ 14,01 bilhões - um acréscimo de 14,3% sobre o montante fixado inicialmente.

Desse montante, foram empenhados R\$ 14,00 bilhões para cobrir as despesas da competência do ano e despesas de exercícios anteriores, 16,7% a mais que 2013 quando a despesa empenhada totalizou R\$ 12,00 bilhões.

O total empenhado superou em 14,3 % o valor fixado inicialmente para as despesas da Autarquia.

Tabela 1: Despesas

Despesa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Part. %	$\Delta\%$ Emp/Dot. Inicial	R\$ Milhão	
						Despesa Liquidada	Despesa Paga
Inativos	9.500,63	10.068,77	10.061,67	71,85	5,91	10.061,67	10.061,67
Pensionistas	2.501,43	3.091,93	3.080,63	22,00	23,15	3.080,63	3.080,63
Pessoal Próprio	30,70	36,70	35,74	0,26	16,41	35,50	34,94
Manutenção do Órgão	94,30	248,62	243,21	1,74	157,92	238,59	237,85
Sentenças Judiciais	94,40	537,80	503,94	3,60	433,84	503,94	503,83
DEA	0,00	0,00	20,16	0,14	-	20,15	19,83
Obras e Instalações	5,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00
Outras Despesas	26,70	26,70	57,02	0,41	113,58	46,89	40,64
SUBTOTAL-PLANO FINANCEIRO	12.253,15	14.010,52	14.002,39	99,99	14,28	13.987,38	13.979,40
Pensionistas-Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,04	0,00	-	0,04	0,04
PASEP-Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,84	0,01	-	0,45	0,45
SUBTOTAL-PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,87	0,01	-	0,48	0,48
T O T A L	12.253,15	14.010,52	14.003,26	100,00	14,28	13.987,86	13.979,88

Fonte: SIG - 27/02/15

A maior parte da despesa empenhada (93,9% do total) decorre das obrigações com inativos e pensionistas, ou seja, com os benefícios previdenciários.

Essas rubricas tiveram aumento de 11,7% e 12,54%, respectivamente, em comparação ao ano de 2013, quando os gastos foram de R\$ 9,01 bilhões com inativos e R\$ 2,74 bilhões com pensionistas. Esse crescimento foi decorrente dos reajustes

salariais estendidos aos aposentados e pensionistas de diversas categorias, planos de cargos e salários, bem como das revisões de pensão realizadas.

As primeiras despesas com o Fundo Previdenciário surgiram em 2014 com a ocorrência de três pensões e início da contribuição para o PASEP, gerando uma despesa de R\$ 871 mil, o que corresponde a 0,01% da despesa total do Rioprevidência.

Cabe ressaltar que nem toda despesa empenhada e liquidada (que seguem o regime de competência) é paga no mesmo exercício. Algumas se transformam em restos a pagar para o ano seguinte. Em 2014 foram inscritos em restos a pagar um total de R\$ 22,95 milhões, sendo R\$ 7,94 milhões processados e R\$15,01 milhões não processados.

2.2 RECEITAS

Quanto às receitas, no ano de 2014 o Rioprevidência arrecadou R\$ 14,13 bilhões, representando um acréscimo de 17,0% em relação a 2013 quando a receita arrecadada foi de R\$ 12,07 bilhões.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita arrecadada, distribuída entre os principais itens:

Tabela 2: Arrecadação

RECEITA	Estimativa Inicial	R\$ Milhão		
		Arrecadada 2014		
		Arrec.	Part. %	△ %
Royalties	2.096,45	1.195,80	8,46	-42,96
Participação Especial	3.018,81	2.461,45	17,42	-18,46
FEP	0,00	2,04	0,00	-
Contribuição Servidores-Pl.Financ.	2.385,05	1.741,48	12,32	-26,98
Contribuição Patronal-Pl.Financ.	1.370,98	2.384,54	16,87	73,93
COMPREV	77,65	77,66	0,55	0,00
FUNDES/FREMF	240,28	244,55	1,73	1,78
Rend. Aplic. Financeiras-Pl.Financ.	32,24	100,49	0,71	211,66
Rec. De Títulos Mobiliários	3.000,00	5.353,73	37,88	78,46
Outras Receitas	31,69	489,36	3,46	1.444,37
SUBTOTAL - PLANO FINANCEIRO	12.253,15	14.051,10	99,40	14,67
Contrib.Servidores - Pl. Previdenc.	0,00	26,35	0,19	-
Contrib.Patronal - Pl. Previdenc.	0,00	53,31	0,38	-
Rend. Aplic. Financeiras - Pl.Previd.	0,00	3,09	0,02	-
SUBTOTAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00	82,76	0,59	-
T O T A L	12.253,15	14.133,86	99,99	15,35

Fonte SIG - 27/02/15

O valor total arrecadado em 2014 foi 15,3% superior à estimativa inicial.

Essa variação se deveu principalmente à captação de um total de R\$ 5,35 bilhões provenientes da operação de cessão de créditos de Royalties e Participação Especial realizada com o Banco do Brasil, sendo esse o item de maior expressão, com uma participação de 37,9% do total arrecadado no ano.

No item "Outras Receitas" a variação significativa decorre do ingresso de recursos referentes à liberação da Conta B (R\$ 450 milhões), alienação de imóveis (R\$ 17,27 milhões), aluguéis (R\$12,98 milhões), Dívida Ativa (R\$ 4,82 milhões) e outros.

O fluxo financeiro do FUNDES/FREMF e a Contribuição Patronal também superaram a previsão inicial em 1,8% e 74,0% respectivamente. No mês de novembro foi efetuado o último repasse do FREMF.

O acréscimo de 211,7% na receita de "Rendimentos de Aplicações Financeiras" decorre da maior disponibilidade diária de caixa proveniente da entrada dos recursos da PEA e da Operação de Cessão realizada em 2014.

As demais receitas apresentaram arrecadação menor que a estimativa inicial.

Apesar da significativa arrecadação de Royalties e Participação Especial, que juntas somaram R\$ 3,66 bilhões, correspondendo a mais de 25% do total dos recursos auferidos em 2014, essas receitas frustraram as expectativas. Comparativamente a 2013, quando totalizaram R\$ 4,86 bilhões, houve uma redução de 25% no período. Essa diminuição reflete a aplicação de três dispositivos:

- do Decreto nº 43.911, de 29 de outubro de 2012 que determinou o repasse à SEFAZ de 13% sobre o valor bruto que a receita de Royalties e a Participação Especial agrega ao cálculo da Receita Líquida Real (RLR);

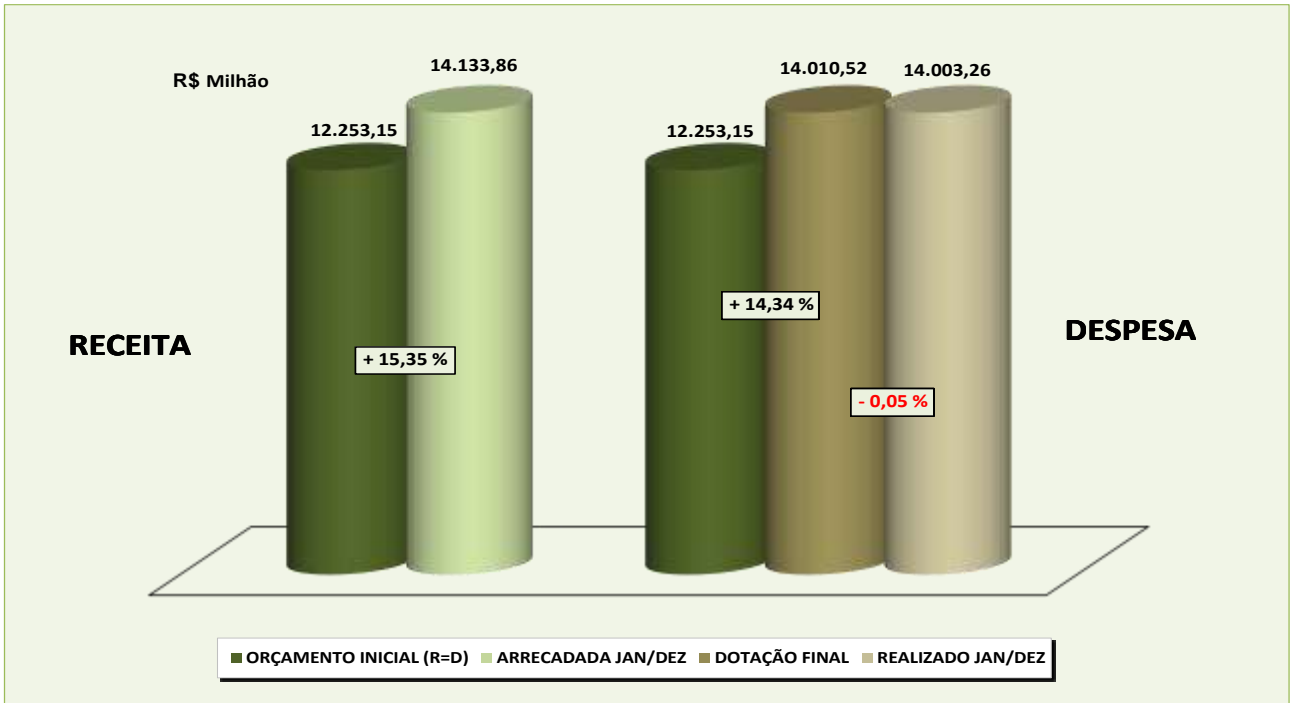
- das deduções decorrentes das Operações de Cessão de Crédito, e

- do desconto previsto no Decreto nº 43.783/2012 que autorizou o Estado do Rio de Janeiro a utilizar parte do fluxo financeiro dos direitos sobre os Royalties e Participação Especial previsto para o exercício de 2014, conforme 13º Termo Aditivo - Conta "B". Esse decreto prevê como contrapartida ao Rioprevidência a cessão do terreno situado à Avenida Bartolomeu Mitre, nº 915 - Leblon, caracterizando uma permuta entre ativos de equivalência econômica.

As receitas do plano previdenciário começaram a ser arrecadadas em 2014 com a regularização dos repasses de alguns Órgãos, totalizando R\$ 83 milhões, 0,59% da receita total do exercício.

O comparativo entre o orçamento inicial e a sua execução pode ser observado no gráfico a seguir:

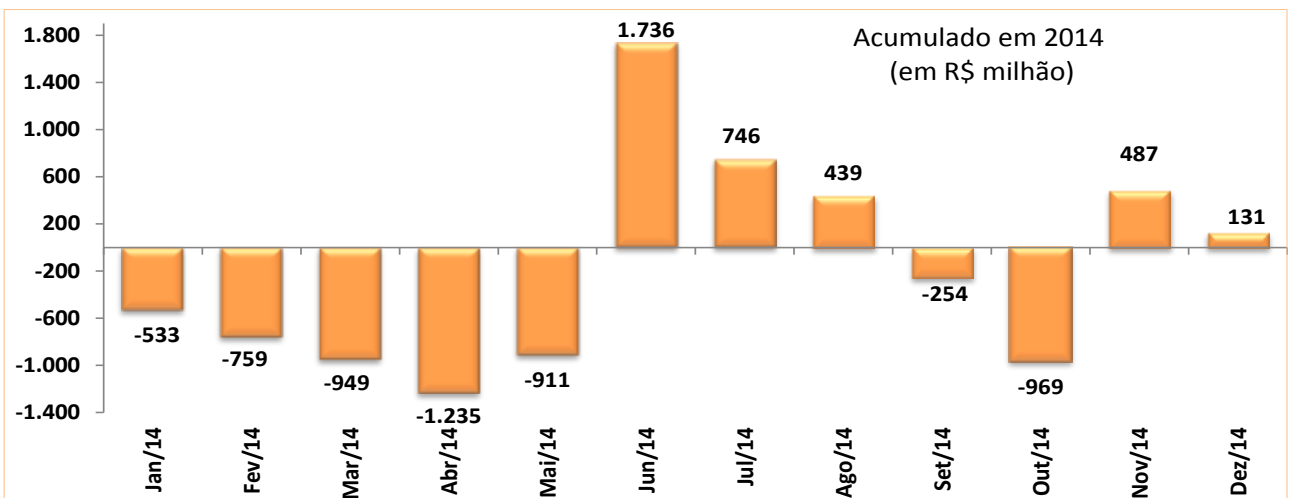
Gráfico 7: Comparativo de receitas e despesas



Fonte: SIG 27/02/15

O próximo gráfico demonstra a evolução do saldo orçamentário (receita arrecadada menos despesa empenhada) acumulado durante o exercício:

Gráfico 8: Evolução do Saldo Orçamentário



Fonte: SIG 27/02/15

O exercício encerrou com um superávit orçamentário de R\$ 131 milhões.

3. FUNDO FINANCEIRO

3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Rioprevidência encerrou dezembro de 2014 com ativo total de R\$ 60,3 bilhões, 28,62% menor do que o registrado em dezembro de 2013.

Tabela 3: Composição do Ativo

ATIVOS	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação %
CFT PERMUTADO	1.624,59	-	-100,00%
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	79.339,28	56.722,48	-28,51%
CAIXA E DISPONIBILIDADES	488,54	419,96	-14,04%
DÍVIDA ATIVA	21,69	39,17	80,59%
IMÓVEIS	268,90	288,41	7,26%
ICMS PARCELADO	967,21	976,08	0,92%
FUNDES	1.108,75	1.268,51	14,41%
FREMF	103,39	-	-100,00%
VALORES A RECEBER DO ERJ + BERJ	345,35	367,67	6,46%
OUTROS	329,88	304,35	-7,74%
ATIVO TOTAL	84.597,58	60.386,63	-28,62%

Fonte: GCO

As variações no ativo são explicadas pelo comportamento de suas contas, conforme especificado a seguir:

CFT Permutado: Este ativo era um direito do Rioprevidência contra o Estado do Rio de Janeiro e refere-se à recomposição do fluxo original dos CFTs permutados com o governo federal em 2007 e 2011. Era atualizado mensalmente com base na variação do IGP-DI do mês anterior, acrescidos de juros remuneratórios de 6% a.a. Este ativo era compensado com a receita de royalties e participações especiais e foi encerrado em dezembro de 2014.

Royalties e Participações Especiais: A redução de 28,51% em relação ao ano anterior deve-se à forte queda no preço do BRENT no segundo semestre de 2014; à dedução do percentual de pagamento do serviço da dívida do Estado para a União sobre o valor que os Royalties e Participação Especial agregam ao cálculo da receita

líquida real, conforme Decreto 43.911/2012; à aplicação do decreto 43.783/2012 e ao pagamento de R\$ 1,2 bilhão referentes às operações de cessão de créditos futuros de royalties e participação especial realizadas em 2013 e 2014.

Dívida Ativa: Este ativo corresponde ao saldo líquido do direito chamado “dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro” incorporado ao patrimônio do Rioprevidência. A partir de 2013, são considerados apenas os créditos inscritos até 1997, em função do Decreto nº 44.006 que anulou o Decreto nº 37.050/2005.

ICMS Parcelado: O ICMS parcelado é um ativo incorporado pelo Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio do Rioprevidência e trata-se de créditos tributários parcelados, de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, existentes até a data de publicação do decreto 36.994, de 25 de fevereiro de 2005. É um direito a receber do Estado do Rio de Janeiro atualizado anualmente pela Secretaria de Fazenda sobre os pagamentos efetuados.

FUNDES: Em 17 de outubro de 2006, o Estado do Rio de Janeiro incorporou, através do decreto 40.155, ao patrimônio do Rioprevidência, os valores referentes ao fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei 8/75, ingressos no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007. O objetivo do FUNDES é financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado, tendo como agente financeiro a AGERIO. Para a contabilização do ativo, é considerado o valor presente de fluxo futuro desse crédito. Em dezembro o valor do ativo foi de R\$ 1,27 bilhão, 14,4% maior do que o registrado em 2013. Tal diferença se deve ao aumento da liberação de créditos para as empresas que compõe a carteira do FUNDES.

FREMF: Em 20 de dezembro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro incorporou o fluxo financeiro do FREMF, através do Decreto 42.755, ao patrimônio do Rioprevidência. Esse decreto foi alterado pelo decreto 43358, de 16 de dezembro de 2011, que limitou a transferência do fluxo até o valor de R\$ 400 milhões, em troca do fluxo financeiro de royalties e participações especiais em igual valor. O saldo deste ativo foi zerado em dezembro de 2014.

Valores a receber do Estado do Rio de Janeiro e BERJ: Esses ativos tem origem em direitos contra o Estado do Rio de Janeiro oriundos das obrigações do BERJ junto ao Rioprevidência, assumidas pelo estado do Rio de Janeiro.

Outros: Nesta conta estão incluídas as seguintes rubricas: Contribuições previdenciárias a receber, Almojarifado, Responsáveis por danos e perdas, Bens móveis, Intangível, aluguéis a receber e outros. Houve uma queda de quase 8% nas receitas destas rubricas.

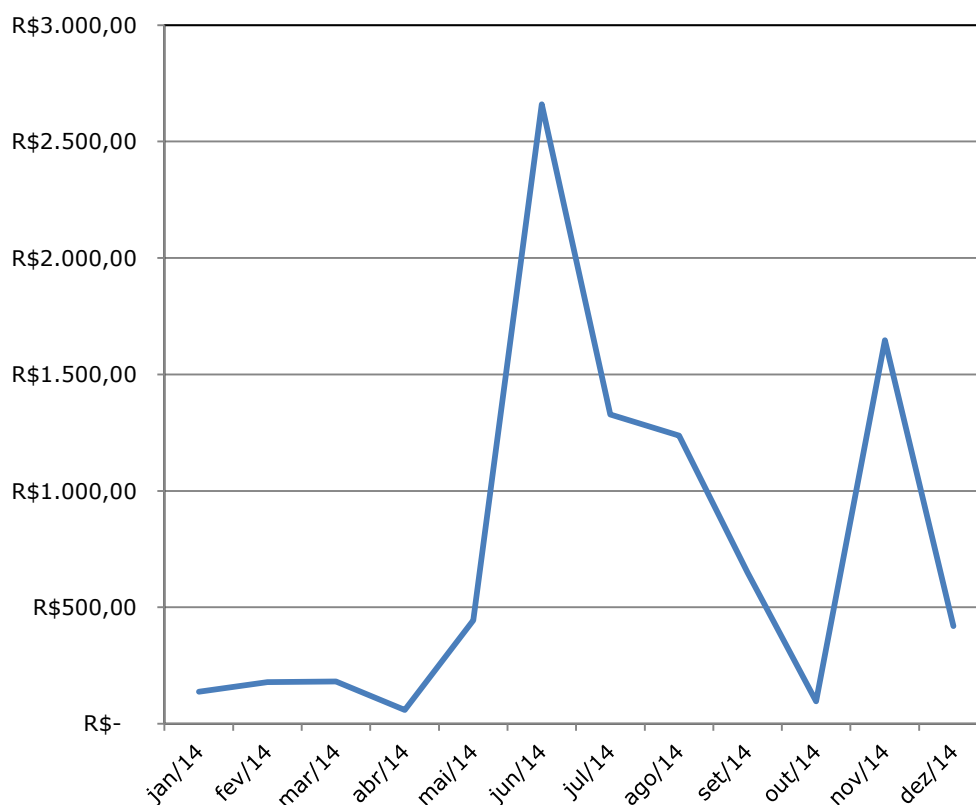
3.2 FLUXO DE CAIXA

O Fundo Financeiro iniciou 2014 com R\$ 488,33 milhões em caixa e encerrou com R\$ 418,82 milhões, demonstrando um decréscimo de 14,2% durante ao ano.

Os ingressos financeiros totalizaram R\$ 13,87 bilhões, apresentando um acréscimo de 15,0% em relação ao ano anterior, quando somaram R\$ 12,06 bilhões, enquanto os dispêndios em 2014 foram de R\$ 13,94 bilhões, valor 17,5% maior do que o observado em 2013.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 9: Saldos das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

A principal receita financeira do Rioprevidência é proveniente de royalties e participações especiais sobre a exploração do petróleo e gás natural que tem seu fluxo de recursos atrelado a três variáveis: preço do barril do petróleo, taxa de câmbio e produção da commodity nos campos localizados no Estado e em Plataforma Continental.

Em 2014, o Rioprevidência recebeu R\$ 3,66 bilhões de royalties e participação especial, queda de 24,3% em relação a 2013, quando o Fundo arrecadou R\$ 4,84 bilhões. O motivo da queda deve-se ao pagamento do serviço da dívida do Estado para a União, conforme Decreto 43.911/2012, ao pagamento das operações realizadas nos anos de 2013 e 2014 e à queda do preço da commodity no segundo semestre de 2014.

Tabela 04: Demonstrativo de Entrada de Recursos

INGRESSOS	2013	%	2014	%	Varição %
PEA	3.002,32	24,90%	2.461,45	17,75%	-18,02%
ROYALTIES	1.832,36	15,19%	1.198,87	8,64%	-34,57%
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO					
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	1.322,38	10,97%	1.191,04	8,59%	-9,93%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2.102,59	17,44%	2.369,66	17,08%	12,70%
IMÓVEIS	22,20	0,18%	29,11	0,21%	31,13%
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	57,38	0,48%	99,25	0,72%	72,97%
COMPREV	72,24	0,60%	77,30	0,56%	7,00%
OUTRAS RECEITAS	3.647,54	30,25%	6.443,84	46,46%	76,66%
ATIVO TOTAL	12.059,01	100,00%	13.870,52	100,00%	15,02%

Fonte: GOP

Destaca-se em 2014, o montante classificado em Outras Receitas, referente às operações de cessão definitiva de parte dos créditos de royalties e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. Houve nesta conta o ingresso líquido de R\$ 5,18 bilhões referente às operações realizadas em 2014.

Os rendimentos das aplicações totalizaram 99,25 milhões, representando um aumento de 73,0% em relação a 2013. Isso se deve ao fluxo de caixa médio ter sido superior ao do ano anterior, juntamente com o aumento da taxa Selic ocorrido ao longo de 2014.

As contribuições de servidor e patronal somaram o valor de R\$ 3,56 bilhões, valor um pouco maior do que o arrecadado em 2013 de R\$ 3,42 bilhões. As

receitas do COMPREV e da venda de imóveis também tiveram crescimento de entradas de recursos com aumento de 7,0% e 31,1%, respectivamente.

Os dispêndios cresceram 17,5% em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Tabela 05: Demonstrativo de Desembolso

DISPÊNDIOS	2013	%	2014	%	Variação %
TOTAL INATIVOS	8.911,87	75,10%	10.305,20	73,93%	15,63%
<i>FOLHA DE INATIVOS EXECUTIVO</i>	7.004,22	59,03%	8.220,39	58,97%	17,36%
<i>FOLHA DE INATIVOS OUTROS PODER.</i>	1.907,65	16,08%	2.084,81	14,96%	9,29%
PENSIONISTAS	2.735,84	23,06%	2.994,62	21,48%	9,46%
FOLHA DE PESSOAL	26,11	0,22%	33,40	0,24%	27,92%
OUTROS	192,64	1,62%	606,81	4,35%	215,00%
<i>PROCESSOS AÇÃO ORDINÁRIA E OUT</i>	137,41	1,16%	498,16	3,57%	262,54%
<i>CUSTEIO ADMINISTRATIVO</i>	54,87	0,46%	70,23	0,50%	27,99%
<i>PASEP</i>	0,36	0,00%	38,41	0,28%	10569,44%
ATIVO TOTAL	11.866,46	100,00%	13.940,03	100,00%	17,47%

Fonte: GOP

Os principais compromissos financeiros do Rioprevidência são os pagamentos de benefícios previdenciários. As folhas brutas totais de inativos e pensionistas somaram R\$ 13,3 bilhões, sendo o equivalente a 95,4% do total de desembolsos do ano. Em média, o aumento de pagamento de inativos e pensionistas foi de 14,2% em relação ao ano anterior.

Atenta-se também ao crescimento de 262,5% do pagamento de processos de ação ordinária e do início do parcelamento e do pagamento mensal do PASEP.

3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria de Investimentos do Fundo, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e publicado no site do Rioprevidência, sempre antes do início do exercício a que se refere. Esse Plano segue a legislação em vigor e estabelece diretrizes, objetivos e limites para os investimentos.

Mensalmente, o Comitê de Investimentos se reúne para definir a estratégia de alocação de recursos para o mês seguinte, realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e das expectativas em relação ao futuro. As

decisões de investimento da Diretoria de Investimentos estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

Conforme definido no PAI, as aplicações financeiras do Rioprevidência em 2014 se concentraram em ativos com baixa volatilidade, tendo em vista que o saldo de disponibilidades possui grande variação ao longo do ano (iniciou 2014 em R\$ 485 milhões, chegou a R\$ 2,8 bilhões em junho, e terminou o ano em R\$ 418 milhões). Ou seja, o Fundo deve ter o mínimo possível de exposição ao risco de mercado.

Portanto, o Rioprevidência alocou seus recursos, principalmente, em cotas de fundos de investimento referenciados DI ou de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, com lastro predominantemente em títulos públicos federais.

Investimentos: No encerramento do ano, as aplicações financeiras da Autarquia totalizavam R\$ 418 milhões, investidos em fundos de investimento do tipo referenciados DI.

Os fundos de investimento que o Rioprevidência alocou recursos são do tipo referenciado DI, isto é, com rentabilidade atrelada à taxa de juros pós-fixada de um dia, e do tipo Renda Fixa, com o DI como parâmetro de rendimento.

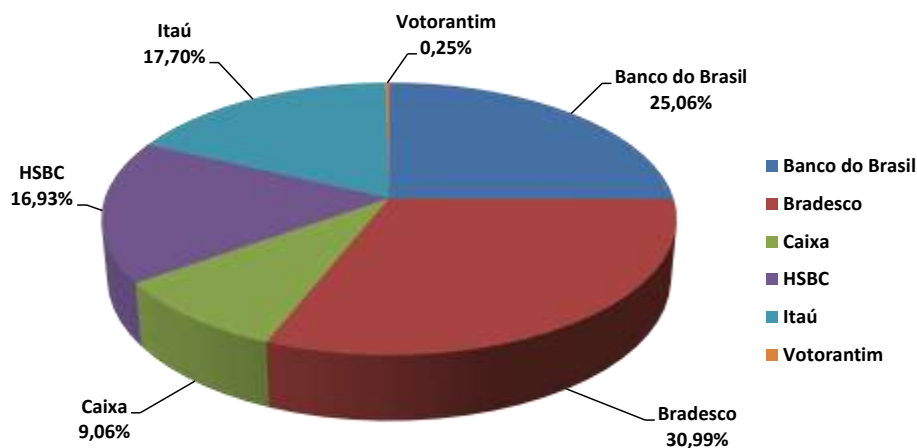
Tabela 6: Alocação de Recursos

FUNDOS DE INVESTIMENTO (R\$ milhões)	dezembro-13		dezembro-14		Tx Adm % a.a.
	Saldo em	Rent.	Saldo em	Rent.	
	31/12/2013	Ano %	30/12/2014	Ano %	
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	80,81	8,09	8,02	10,95	0,20
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FI EM COTAS DE FI	0,00	8,01	95,18	11,02	0,20
BB REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,00	8,10	1,66	10,70	0,10
BRDESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	15,90	8,05	0,95	10,67	0,15
BRDESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM	75,40	8,24	128,71	11,04	0,20
FI CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	89,19	8,11	37,92	10,88	0,20
HSBC FI REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	88,86	8,35	70,85	10,98	0,15
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI - FI	57,85	8,18	73,11	10,89	0,18
ITAÚ SOBERANO REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - FI	30,77	8,03	0,93	10,69	0,15
VOTORANTIM FI SOBERANO RENDA FIXA	0,00	7,96	1,03	10,65	0,15
BTG PACTUAL MASTER CASH FI REFERENCIADO DI	46,74	7,96	0,00	10,63	0,20
Total	485,51		418,36		

Fonte: GOP

Com relação ao volume de recursos alocado em cada instituição financeira credenciada, dois pontos foram observados: (i) a rentabilidade e a volatilidade que cada fundo apresentava; (ii) a capacidade de absorção dos recursos pelos fundos da Instituição Financeira, dado que o RPPS só pode ter até 25% do total das cotas de um único fundo de investimentos.

Gráfico 10: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/14



Fonte: GOP

Tabela 7: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

Rioprevidência - Fundo Financeiro - Dezembro de 2014

Posição Consolidada da Carteira por Tipo de Risco	(R\$)	(% do total)
1- Títulos Públicos Federais	247.171.179	35,8%
1.1 - Prefixados (LTN, NTN-F)	3.172.359	0,5%
1.2 - Pós-fixados (LFT - Selic, LTN com DI-1 Selic, Oper. Comp.)	243.998.820	35,3%
2- Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	161.115.536	23,3%
2.1 - CDB	10.026.361	1,5%
2.2 - Let. Financeira	131.079.195	19,0%
2.3 - Debêntures	15.355.577	2,2%
2.4 - DPGE	3.758.922	0,5%
2.6 - Outros Títulos	895.481	0,1%
3- Cotas de Fundos (II)	10.691.057	1,5%
4- Tesouraria (III)	738	0,0%
5- Imóveis (IV)	271.471.510	39,3%
Total da Carteira	690.450.020	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, HSBC, Caixa, Santander, Itaú, BTG Pactual, B. Brasil e B.Votorantim.

(I) Valor em Cotas do Fundo Caixa FI Brasil DI, HSBC DI LP, Itaú Institucional DI, Bradesco Premium DI, BB Institucional e BB Prev. Perfil que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos: HSBC DI LP, Bradesco Premium DI, BB Institucional e BB Previd. Perfil, investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

(IV) Refere-se ao valor apurado em 30/11/2014.

Os investimentos do Rioprevidência no ano respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos para o período.

Tabela 8: Posição Consolidada por Segmento

Rioprevidência - Fundo Financeiro - Dezembro de 2014

Posição da Carteira em 30/12/2014, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10

Segmento	Tipo de Ativo	Valores (R\$)	% (V)	Limites PAI (% total)	Limite da Res. nº 3.922/10
Renda Fixa	TPF	0	0,00%	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (I)	FI/FIC RF ou Referenciado	0	0,00%	80,0%	Até 80,0%
Renda Fixa (II)	FI/FIC RF ou Referenciado	418.978.509	0,51%	4,0%	Até 30,0%
Renda Fixa	FI/FIC RF ou Ref. (Crédito Privado)	0	0,00%	1,5%	Até 5,0%
Renda Fixa	Op. Compromissada com TPF	0	0,00%	2,8%	Até 15,0%
Total Renda Fixa		418.978.509	0,51%		
Total do Ativo (III) (Res. 3.922/10)		81.825.200.648			
Imóveis (IV)	Terrenos e Edificações	271.471.510			

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, HSBC, Caixa, Santander, Itaú, BTG, B.Brasil e Votor; (I) Subíndices do IMA ou do IDKa, exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia.

Glossário:

TPF - Título Público Federal

FI/FIC - Fundos de Investimento

PAI - Plano Anual de Investimentos (Limites definidos no PAI)

(II) Qualquer indicador de desempenho de Renda Fixa. Inclui valor em cotas dos fundos Caixa FI Brasil, HSBC DI LP, Bradesco Premium DI Itaú Institucional DI, BB Previdenciário Perfil e BB Institucional, que permite a alocação em títulos privados de baixo risco de crédito.

(III) Valor total do Ativo em 30/11/2014.

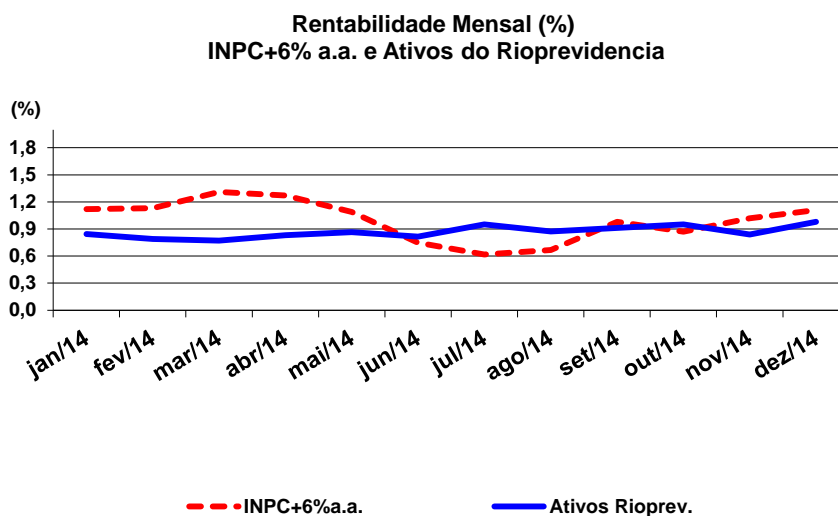
(IV) Refere-se ao valor apurado em 30/11/2014.

(V) Refere-se ao valor do ativo total apurado em 30/11/2014.

Retorno: Sempre que possível, o retorno dos investimentos do Rioprevidência deve ser igual ou superior à meta atuarial dos RPPS, que, de acordo com as diretrizes da SPS/MPAS, é INPC + 6% a.a.

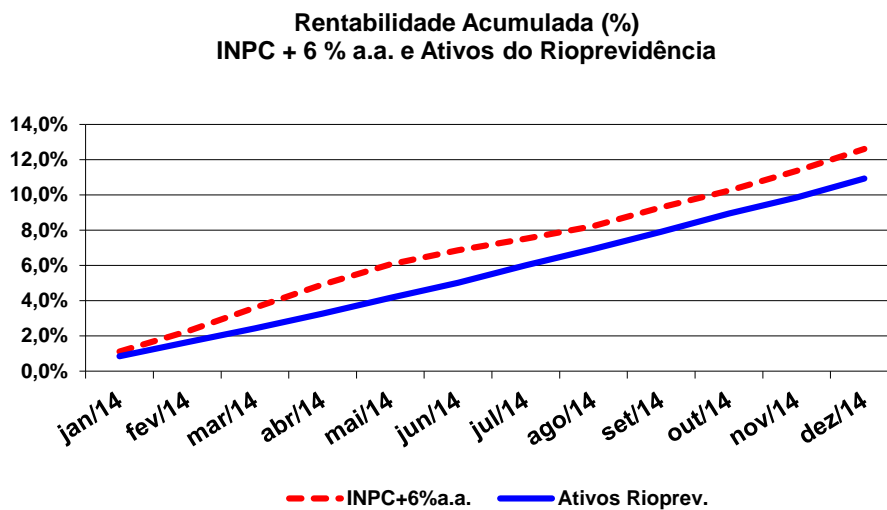
Porém, a estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) movimento de elevação da Selic que encerrou o ano em 11,75 % a.a., (ii) baixo volume de disponibilidades em comparação com a despesa mensal, sendo prudente investir os recursos em aplicações com baixa volatilidade, normalmente com rentabilidade atrelada à taxa de juros de um dia (SELIC).

Gráfico 11: Rentabilidade Mensal da Carteira x Meta Atuarial (%)



Fonte: GOP

Gráfico 12: Rentabilidade Acumulada da Carteira x Meta Atuarial – 12 meses (%)



Fonte: GOP

No acumulado do ano, a meta atuarial ficou em 12,6%, enquanto que os ativos do Rioprevidência tiveram rentabilidade de 10,9%, representando 86,5% da meta. Esse resultado refletiu o desempenho do INPC acima da taxa Selic e a posição conservadora do Rioprevidência, que priorizou a alocação de recursos em fundos com baixa volatilidade. A limitação de disponibilidade financeira em caixa impediu a execução de estratégias mais aderentes ao passivo atuarial.

4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

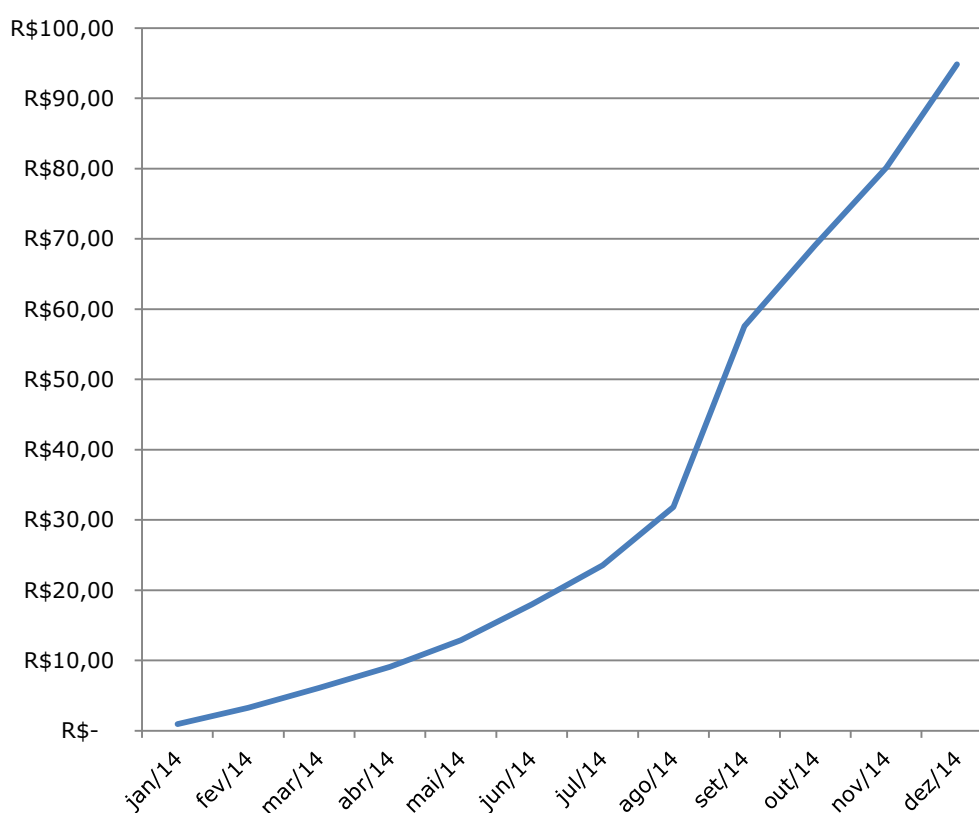
Em 2012, o Estado do Rio de Janeiro promoveu uma reforma do sistema de previdência dos seus servidores públicos, com o objetivo de, no longo prazo, zerar o déficit atuarial: a previdência complementar e a segregação de massa para quem ingressar no serviço público a partir da data de 04 de setembro de 2013. Esses novos servidores terão seu sistema previdenciário funcionando da seguinte forma: as contribuições sobre os rendimentos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) serão destinadas a um fundo previdenciário, que funcionará sob o sistema de capitalização, administrado pelo Rioprevidência; e as contribuições sobre o que exceder esse montante serão facultativas e destinadas a uma entidade fechada de previdência complementar - RJPREV.

4.1 FLUXO DE CAIXA

O caixa do Fundo Previdenciário em 2014 saltou de R\$ 952,91 mil reais em janeiro/2014 para R\$ 94,85 milhões no fim do ano. Os ingressos totalizaram R\$ 95,33 milhões e os desembolsos representaram R\$ 830 mil reais. Essa variação refletiu o aumento do número de servidores que ingressaram no Estado após setembro/2013 e que passaram a fazer parte do fundo previdenciário.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 13: Saldo das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

Os dispêndios e ingressos no Fundo Previdenciário estão discriminados conforme tabelas a seguir:

Tabela 9: Ingressos Fundo Previdenciário

ATIVOS	2014	%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	30,66	32,16%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	61,56	64,58%
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	3,11	3,26%
ATIVO TOTAL	95,33	100,00%

Fonte: GOP

Tabela 10: Dispêndios Fundo Previdenciário

DISPÊNDIOS	2014	%
<i>PENSIONISTAS</i>	0,38	45,78%
<i>PASEP</i>	0,45	54,22%
ATIVO TOTAL	0,83	100,00%

Fonte: GOP

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como o Fundo Financeiro, as decisões de investimento da Diretoria de Investimentos para o fundo previdenciário estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

O Fundo Previdenciário iniciou a fase de acumulação em 2014 e conforme definido no PAI, os recursos foram alocados de forma a proporcionar diversificação e alongamento do prazo médio da carteira de investimentos com índices de maior volatilidade. Inicialmente os recursos foram aplicados em Fundos DI a fim de constituir uma parcela líquida para cobertura de riscos.

Em março, deu-se início o processo de diversificação com a aplicação no valor de R\$ 4.700.000,00 no Fundo BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos IPCA VI FI. Esse fundo possui é composto por NTN-Bs com três prazos diferentes de vencimento (2020, 2022 e 2024) e tem como característica ...

Em outubro, foi realizada uma análise de risco e retorno dos fundos por grupo de benchmark, para encontrar a melhor opção dentre os fundos das instituições credenciadas. Com esse resultado, em novembro e dezembro, foram feitas aplicações nos segmentos de Crédito Privado e IMA-B 5+ e IMA-S, continuando o movimento iniciado em março de diversificação da carteira.

Ademais, devido às sucessivas entradas de recursos no fundo, houve a necessidade de maior embasamento na decisão referente à alocação dos investimentos. Para tanto, no mês de dezembro, utilizou-se um modelo de otimização de portfólio cujo resultado sugeriu uma carteira que proporciona o maior retorno dado um determinado nível de risco. O modelo utilizado foi o de média-variância de *Markowitz (1952)* que sugeriu o

portfólio com maior participação em fundos de benchmark IMA B5 e IMA B5+ como mais eficiente. Tal resultado corroborou a tomada de decisão do mês de outubro.

Investimentos: No encerramento do ano, as aplicações financeiras do Fundo Previdenciário totalizavam R\$ 94,963 milhões, investidos nos fundos relacionados na Tabela 6. A participação neste total de 25,8% de títulos NTN-B representa o aumento da diversificação e busca por maior retorno no ano de 2014.

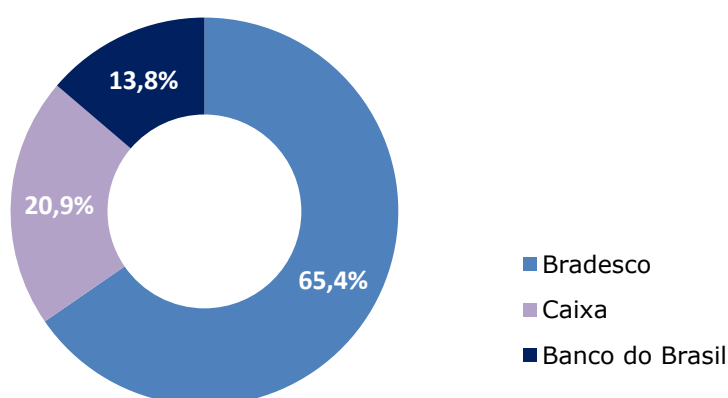
Tabela 11: Alocação de Recursos

FUNDOS DE INVESTIMENTO (R\$ milhões)	Saldo em	Rentabilidade	Taxa
	30/12/2014	Ano	Administração
		%	%
BRDESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	0,303	10,67	0,15
BRDESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM	60,025	11,04	0,20
BRDESCO INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,775	11,53	0,40
FI CAIXA BRASIL IMA B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZ	19,802	16,29	0,20
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FI	5,063	12,54	0,20
BB REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LONGO PRAZO	2,996	10,70	0,10
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOS FI	5,000	12,17	0,20
Total	94,963		

Fonte: GOP

Gráfico 14: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/14

Participação por Instituição Financeira



Fonte: GOP

Tabela 12: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

Rioprevidência - Fundo Previdenciário - Dezembro de 2014

Posição Consolidada da Carteira por Tipo de Risco	(R\$)	(% do total)
1- Títulos Públicos Federais	69.476.500	73,0%
1.1 - Prefixados (LTN, NTN-F)	2.269.620	2,4%
1.2 - Pós-fixados (LFT - Selic, LTN com DI-1 Selic, Oper. Comp.)	42.621.077	44,8%
1.3 - NTN-B (IPCA)	24.585.803	25,8%
2- Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	25.617.223	26,9%
2.1 - CDB	3.473.047	3,6%
2.2 - Let. Financeira	19.915.595	20,9%
2.3 - Debêntures	2.004.441	2,1%
2.4 - DPGE	224.140	0,2%
2.6 - Outros Títulos	0	0,0%
3- Cotas de Fundos (II)	138.732	0,1%
4- Tesouraria (III)	1.185	0,0%
5- Imóveis	0	0,0%
Total da Carteira	95.233.640	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, B.Brasil.

(I) Valor em Cotas dos Fundos Bradesco Premium DI e Institucional Crédito Privado que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos: Bradesco Premium DI e Institucional Créd. Privado investido em outros fundos.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

Os investimentos no ano respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos para o período como pode ser visto na tabela 8.

Tabela 13: Posição Consolidada por Segmento

Rioprevidência - Fundo Previdenciário - Dezembro de 2014

Posição da Carteira em 31/12/2014, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10

Segmento	Tipo de Ativo	Valores (R\$)	% (IV)	Limites PAI (% total)	Limite da Res. nº 3.922/10
Renda Fixa	TPF	0	0,00%	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (I)	FI/FIC RF ou Referenciado - Art. 7º I, b	30.103.926	0,04%	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (II)	FI/FIC RF ou Referenciado	63.352.613	0,08%	4,0%	Até 30,0%
Renda Fixa	FI/FIC RF ou Ref. (Crédito Privado-Art. 7º VII-b)	1.777.101	0,00%	1,5%	Até 5,0%
Renda Fixa	Op. Compromissada com TPF	0	0,00%	2,8%	Até 15,0%
Total Renda Fixa		95.233.640	0,12%		
Total do Ativo (III) (Res. 3.922/10)		81.825.200.648			
Imóveis	Terrenos e Edificações	0			

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, B. do Brasil e Caixa

Glossário:

TPF - Título Público Federal

FI/FIC - Fundos de Investimento

PAI - Plano Anual de Investimentos (Limites definidos no PAI)

(I) Subíndices do IMA ou do IDkA, exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia.

(II) Qualquer indicador de desempenho de Renda Fixa. Inclui valor em cotas dos fundos Bradesco Premium DI e Inst. Créd. Privado que permite a alocação em títulos privados de baixo risco de crédito.

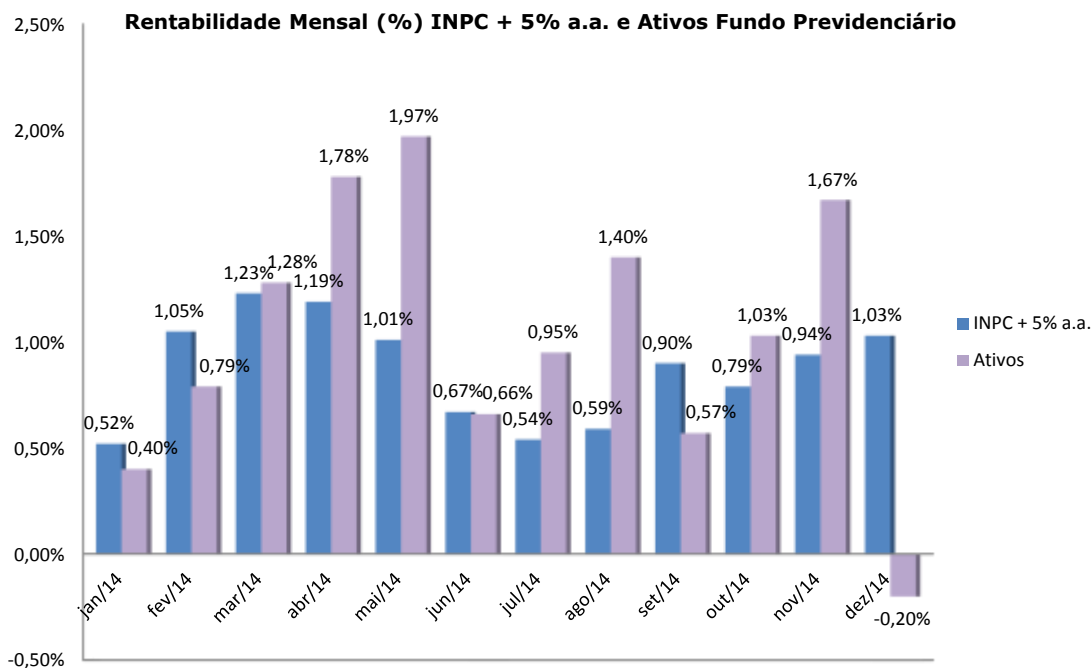
(III) Valor total do Ativo em 30/11/2014.

(IV) Refere-se ao valor do ativo total apurado em 30/11/2014.

Retorno: O retorno dos investimentos do Fundo Previdenciário deve ser igual ou superior à meta atuarial, que, para o fundo previdenciário, é INPC + 5% a.a.

A estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) movimento de elevação da Selic iniciado em abril/13, que encerrou o ano de 2014 em 11,75% a.a., (ii) priorização de investimentos de médio e longo prazo, mantendo uma parcela de recursos mais líquidos para constituição de cobertura de riscos, (iii) previsão de entrada de recursos oriundos da entrada de novos servidores ao longo do ano.

Gráfico 15: Rentabilidade Mensal da Carteira x Meta Atuarial (%)

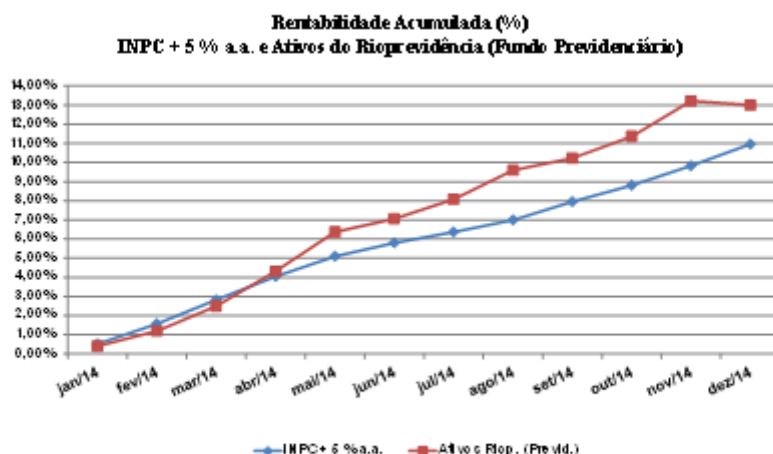


Fonte: GOP

No mês de dezembro, tivemos uma queda na rentabilidade, devido aos fundos de investimentos atrelados à inflação (IMAs) apresentarem rentabilidade negativa. Esse resultado refletiu a aceleração do processo de alta dos juros básica da economia (Selic), que teve como motivador a pressão inflacionária. Outros fatores como aumento do déficit público e desvalorização do real também influenciaram a elevação dos juros.

Ressaltamos que, apesar da volatilidade do IMA-B 5+ no ano de 2014, a performance desse índice foi superior à meta atuarial (INPC+5% a.a.) do Fundo Previdenciário e à rentabilidade do CDI. O retorno acumulado do IMA-B 5+ no ano de 2014 foi de 16,60% enquanto a meta atuarial foi de 11,54% e o índice CDI, no mesmo período, alcançou uma rentabilidade acumulada de 10,81%.

Gráfico 16: Rentabilidade Acumulada da Carteira x Meta Atuarial – 12 meses (%)



Fonte: GOP

No acumulado do ano, a meta atuarial ficou em 10,96%, enquanto que os ativos do Rioprevidência tiveram rentabilidade de 12,99%. Esse resultado representa 118,6% da meta.

5. IMÓVEIS

Composição da Carteira: A carteira imobiliária do Rioprevidência iniciou o período de 2014 com 322 registros imobiliários. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio do fundo com a finalidade, conforme a Lei Estadual 3.198/99, de capitalizar o Fundo, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

Visando à obtenção de renda e liquidez, o Rioprevidência iniciou no ano de 2010 o processo de venda de ativos Imobiliários. Prosseguindo com essa estratégia, no ano de 2014 foram realizadas diversas licitações de venda de imóveis. Somente neste período foram assinadas 9 escrituras de compra e venda, foram transferidos 2 imóveis para o Rioprevidência, bem como devolvido 1 imóvel para o Estado, continuando assim o processo de dar liquidez à carteira imobiliária do Fundo, que passou a ser composta por 314 imóveis, conforme tabela a seguir:

Tabela 14: Carteira Imobiliária

Carteira Imobiliária		
	Quantidade	%
Terreno	138	44 %
Imóvel Comercial	126	40 %
Imóvel Residencial	50	16 %
Total	314	100 %

Fonte: GCR

As vendas realizadas no período resultaram em ingressos financeiros de aproximadamente R\$ 17,5 milhões no Fundo, aumentando significativamente este tipo de receita em comparação com os anos anteriores a 2010.

Muito embora tenham ocorrido essas vendas no período, o valor patrimonial da Carteira Imobiliária teve uma valorização de aproximadamente R\$ 20 milhões durante o exercício, justificado pelas reavaliações realizadas no período, encerrando o ano em R\$ 288 milhões.

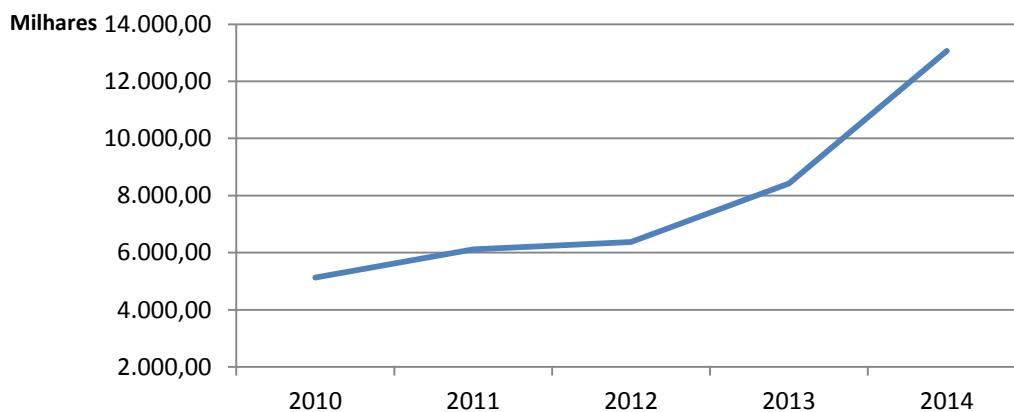
Tabela 15: Valor da carteira imobiliária sob a gestão do Fundo

Carteira Imobiliária			
Ano/Período	Quantidade	Valor Patrimonial (R\$ - Milhões)	Variação
2003-2006	460	185	-
2007	949	320	72%
2008	948	460	43%
2009	930	422	-9%
2010	368	333	-21%
2011	306	205	-38%
2012	296	236	-13%
2013	322	268	13%
2014	314	288	7%

Fonte: GCR

Retorno da Carteira: A arrecadação da carteira imobiliária vem apresentando tendência de alta nos últimos exercícios. A receita proveniente deste ativo passou de R\$ 8,4 milhões em 2013, para aproximadamente 13 milhões em 2014.

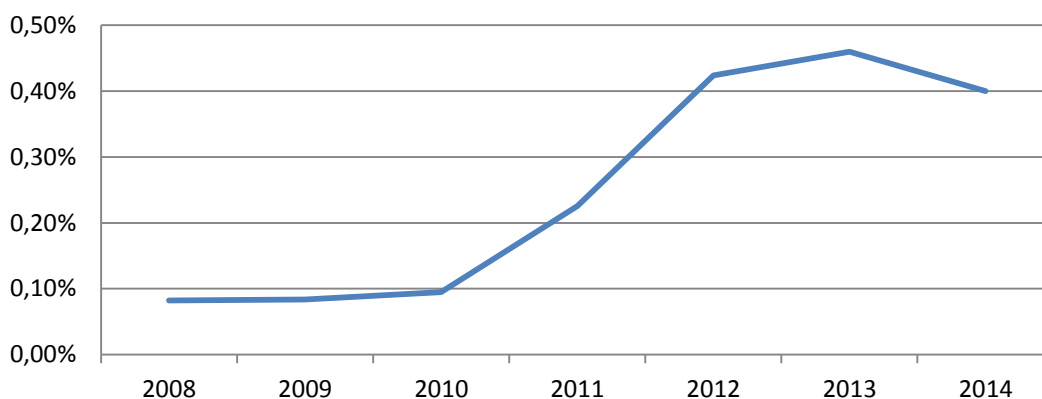
Gráfico 17: Arrecadação da Carteira Imobiliária



Fonte: GCR

O aumento da arrecadação é resultado de uma série de ações de gestão. Em 2014, por exemplo, foram realizadas reavaliações de taxas de ocupação e licitações para ocupação de imóveis. Ressalta-se ainda que os pagamentos de débitos de Taxas de Ocupação de exercícios anteriores ao Fundo, também influenciaram no aumento da arrecadação neste período.

Gráfico 18: Índice de Rentabilidade do Ativo Imobiliário



Fonte: GCR

Com as devoluções dos imóveis com baixo potencial de geração de renda no final de 2010 e as vendas dos imóveis com alto valor patrimonial no ano de 2012, 2013 e 2014, alinhado com os aumentos da arrecadação apurados no último ano, pode-se atingir um índice de rentabilidade do ativo imobiliário de 0,40%, valor atualmente praticado pelo mercado.

Gestão da Carteira: A expectativa dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro manteve aquecido o mercado imobiliário no ano de 2014, o que foi determinante para os resultados positivos das vendas de imóveis, efetuadas pelo Rioprevidência durante o exercício.

Como resultado dos esforços da administração no sentido de aperfeiçoar a carteira, no ano de 2014 foram cumpridos 09 mandados de reintegração de posse, viabilizando que imóveis ocupados irregularmente passem a gerar renda através da venda ou ocupação.

Por fim, diversas outras atividades de gestão foram executadas no exercício de 2014, enfatizando-se os processos encaminhados para inscrição em Dívida Ativa de ocupantes inadimplentes, justificada principalmente pelas inúmeras vistorias realizadas nos imóveis com a finalidade de preservação do patrimônio do Fundo.

Ainda podemos ressaltar a publicação da Lei nº 6210, de 19 de Abril de 2012, que possibilitou a venda de imóveis compreendidos na região do SAARA diretamente aos seus ocupantes, fato que possibilitou uma maior agilidade na alienação dos ativos imobiliários.